tanto praticados pelo director Financeiro e Administrativo que se incluam no âmbito desta delegação de competências.

26 de Junho de 2007. — O Vogal do Conselho de Administração, *José Manuel Ferrari Careto*.

Despacho n.º 20 172/2007

No uso da faculdade que me foi conferida pelos n.ºs 7 e 9 da deliberação do conselho de administração do ICP-ANACOM de 22 de Março de 2007, e nos termos dos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, decido:

1 — Subdelegar ao director Financeiro e Administrativo (DFA), Dr. Fernando Manuel Carreiras, os poderes necessários para autorizar a inscrição de projectistas e de instaladores de infra-estruturas de telecomunicações em edifícios, respectivas renovações e alterações, bem como o tratamento de termos de responsabilidade e certificados de conformidade, nos termos do Decreto-Lei n.º 59/2000, de 19 de Abril, relativamente a processos que corram trâmites pelos serviços do ICP-ANACOM estabelecidos na cidade do Porto;

2 — Autorizar que as competências subdelegadas nos termos do presente despacho possam ser, total ou parcialmente, subdelegadas na coordenadora do Núcleo dos Serviços Administrativos do Porto da Direcção Financeira e Administrativa (DFA) do ICP-ANACOM, Isabel Maria Pinto Vieira;

3 — Determinar que o presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação, considerando-se ratificados os actos entretanto praticados pelo director Financeiro e Administrativo que se incluam no âmbito desta delegação de competências.

6 de Julho de 2007. — A Vogal do Conselho de Administração, *Maria Teresa Rodrigues Xavier Pintado Maury*.

Despacho n.º 20 173/2007

Nos termos dos n.ºs 5, 7 e 11 da deliberação do conselho de administração do ICP-ANACOM de 22 de Março de 2007, no âmbito da qual me foram delegados os poderes necessários para decidir os assuntos desenvolvidos e tratados pela Direcção de Sistemas e Tecnologias de Informação (DSI), e nos termos dos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, decido:

1 — Subdelegar ao director de Sistemas e Tecnologias de Informação (DSI), Dr. Augusto Manuel Matos Parreira Fragoso, os poderes necessários para:

a) Autorizar a realização de despesas inerentes à actividade da DSI, até ao montante de € 5000, com excepção da autorização de despesas inerentes à celebração e renovação de contratos de admissão de pessoal e à obtenção de estudos e consultadoria externa, bem como a deslocações ao estrangeiro;

b) Assinar a correspondência e o expediente necessários à execução de deliberações ou decisões superiormente proferidas em processos que corram pela DSI.

2 — Autorizar que as competências subdelegadas nos termos do presente despacho possam ser, total ou parcialmente, subdelegadas ao adjunto do director, até ao limite de € 2500, e nos chefes de divisão e coordenadores de núcleo, ou equiparados, até ao limite de € 1000, sem possibilidade de nova subdelegação.

3 — Determinar que o presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação, considerando-se ratificados os actos entretanto praticados pelo director de Sistemas e Tecnologias de Informação que se incluam no âmbito desta delegação de competências.

31 de Julho de 2007. — O Vogal do Conselho de Administração, *Eduardo Miguel Vicente de Almeida Cardadeiro*.

INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL

Regulamento n.º 231/2007

Norma regulamentar n.º 12/2007-R, de 26 de Julho

Fundo de Acidentes de Trabalho — Receitas e reembolsos às empresas de seguros

O Decreto-Lei n.º 185/2007, de 10 de Maio, veio alterar o Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de Abril, alargando as responsabilidades e prevendo novas formas de financiamento do Fundo de Acidentes de Trabalho.

Esta circunstância, conjugada com a necessidade de melhorar os procedimentos relativos ao reembolso às empresas de seguros dos montantes previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei

n.º 185/2007, de 10 de Maio, bem como de aumentar a eficiência do controlo dos fluxos financeiros entre o Fundo de Acidentes de Trabalho e as empresas de seguros, justifica a reformulação do regime que tem vigorado.

O Instituto de Seguros de Portugal, ao abrigo do n.º 3 do artigo 4.º do seu Estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2001, de 13 de Novembro, emite a seguinte norma regulamentar:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

1 — A presente norma regulamentar tem por objecto estabelecer um conjunto de regras para efeitos de controlo das receitas do Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT) e dos reembolsos por parte deste às empresas de seguros.

2 — Para efeitos da presente norma regulamentar, o termo «acidentes de trabalho» contempla os «acidentes em serviço» relativos a contratos subscritos por empresas de seguros.

Artigo 2.º

Âmbito

A presente norma regulamentar aplica-se a todas as empresas de seguros sediadas ou não em Portugal, actuando em regime de estabelecimento ou em livre prestação de serviços, que explorem a modalidade de acidentes de trabalho em Portugal no âmbito da legislação e regulamentação em vigor.

CAPÍTULO II

Receitas do FAT

Artigo 3.º

Base de incidência

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 185/2007, de 10 de Maio, as taxas a favor do FAT fixadas por portaria do Ministro das Finanças incidem sobre:

a) Os salários seguros, sempre que sejam processados prémios da modalidade acidentes de trabalho;

b) O valor correspondente ao capital de remição das pensões em pagamento à data de 31 de Dezembro de cada ano, bem como o valor da provisão matemática das prestações suplementares por assistência de terceira pessoa em pagamento à data de 31 de Dezembro de cada ano.

2 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os recibos de prémio da modalidade de acidentes de trabalho devem incluir obrigatoriamente a percentagem a cobrar aos tomadores de seguros que incide sobre os salários seguros, referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de Abril.

3 — Os recibos de prémio que correspondam a correcções no valor do prémio comercial a cobrar aos tomadores de seguros, bem como os recibos de estorno, apenas devem incluir a percentagem referida no número anterior quando estiverem em causa alterações nos salários considerados.

4 — Nos seguros por área, os salários a considerar para efeitos do cálculo da percentagem referida no n.º 1 são obtidos pelo quociente entre o prémio comercial do contrato e a taxa da tarifa utilizada pela empresa de seguros aplicável à actividade em questão ou, quando for abrangida mais de uma actividade, a média das respectivas taxas.

Artigo 4.º

Procedimentos de pagamento

1 — As empresas de seguros devem depositar até ao final de cada mês o quantitativo global referente à percentagem incluída nos recibos cobrados no mês anterior, líquido de estornos e anulações, referentes ao mesmo mês, na conta n.º 0697 801572926 da Caixa Geral de Depósitos, denominada Instituto de Seguros de Portugal — FAT.

2 — As empresas de seguros devem depositar na conta identificada no número anterior até 30 de Junho do ano seguinte o montante correspondente à aplicação das taxas a favor do FAT que incidem sobre o valor do capital de remição das pensões em pagamento à data de 31 de Dezembro de cada ano e sobre o valor da provisão

matemática das prestações suplementares por assistência de terceira pessoa em pagamento à data de 31 de Dezembro de cada ano.

3 — Nos contratos celebrados em regime de co-seguro, a empresa de seguros líder do contrato é responsável pelo pagamento da totalidade do valor cobrado a favor do FAT.

Artigo 5.º

Registo de informação sobre receitas

1 — Os quantitativos processados para o FAT, bem como os correspondentes salários seguros considerados, devem ser objecto de um registo próprio ou discriminados em qualquer outro registo, desde que devidamente identificados em relação a cada recibo e totalizados de forma autónoma.

2 — Do registo das provisões matemáticas deve constar autonomamente o valor do capital de remição para cada pensão em pagamento e da provisão matemática relativa a cada prestação suplementar por assistência de terceira pessoa em pagamento.

Artigo 6.º

Envio de informação sobre receitas

1 — As empresas de seguros devem preencher e submeter ao Instituto de Seguros de Portugal, através do portal ISPnet, residente em <https://portalispnet.isp.pt>, o mapa-modelo FAT1, anexo à presente norma regulamentar e disponibilizado no referido portal, devendo esse mapa-modelo, após a respectiva submissão electrónica, ser impresso e enviado a esse Instituto no prazo de cinco dias a contar da data de realização dos depósitos referidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 4.º, depois de devidamente certificado pela Caixa Geral de Depósitos.

2 — As empresas de seguros devem preencher e submeter o referido mapa-modelo através do portal ISPnet, mesmo quando não tenham registado produção.

Artigo 7.º

Apreciação da informação

1 — Para efeitos da análise da conformidade dos montantes depositados nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 4.º, com as disposições legais e regulamentares em vigor, o FAT pode solicitar informações e documentos adicionais considerados necessários até ao prazo máximo de cinco anos a contar do respectivo depósito.

2 — Caso sejam apuradas diferenças entre os valores depositados e os valores decorrentes da análise efectuada pelo FAT nos termos do número anterior, as empresas de seguros devem proceder às rectificações devidas no mês seguinte àquele em que para o efeito sejam notificadas pelo FAT, sem prejuízo de poderem deduzir oposição.

CAPÍTULO III

Reembolsos do FAT

Artigo 8.º

Registo de informação sobre reembolsos

1 — As empresas de seguros devem dispor de um registo devidamente preenchido, indicando:

a) As importâncias suportadas no mês anterior em cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor, relativas a:

- i) Actualizações de pensões de acidentes de trabalho;
- ii) Actualizações de pensões de acidentes de trabalho, incluídas no capital de remição das pensões remidas;
- iii) Alterações, feitas em consequência da redacção dada ao artigo 50.º do Decreto n.º 360/71, de 21 de Agosto, pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 459/79, de 23 de Novembro (no caso de pensões de acidentes de trabalho por incapacidade permanente igual ou superior a 30 % ou por morte, que tenham sido fixadas anteriormente a 1 de Outubro de 1979, nos termos do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 466/85, de 5 de Novembro);
- iv) Duodécimos adicionais, criados pelo n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 466/85, de 5 de Novembro, pagos aos pensionistas por acidentes de trabalho ocorridos até à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de Abril;
- v) Actualizações de prestações suplementares por assistência de terceira pessoa;

b) As correcções às importâncias suportadas/reembolsadas em meses/anos anteriores ao mês do reporte.

2 — As empresas de seguros devem igualmente dispor, para cada registo referido no número anterior, de um registo de informação correspondente a cada pensão em pagamento, contendo os seguintes elementos:

- a) Ano/mês a que reporta a informação;
- b) Número de pensionista;

c) Número de processo de sinistro;

d) Valor pago no mês, em actualizações de pensões de acidentes de trabalho da responsabilidade do FAT;

e) Valor pago no mês, decorrente de alterações em consequência da redacção dada ao artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 360/71, de 21 de Agosto, pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 459/79, de 23 de Novembro (no caso de pensões de acidentes de trabalho por incapacidade permanente igual ou superior a 30 % ou por morte, que tenham sido fixadas anteriormente a 1 de Outubro de 1979, nos termos do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 466/85, de 5 de Novembro);

f) Valor das actualizações de prestações suplementares por assistência de terceira pessoa pagas no mês a que reporta a informação;

g) Valor pago no mês em capitais de remição, relativo a actualizações da responsabilidade do FAT;

h) Valor pago no mês em duodécimos adicionais, relativo a acidentes de trabalho ocorridos antes de 1 de Janeiro de 2000;

i) Valor de correcções de actualizações, relativas a meses anteriores, efectuadas no mês a que reporta a informação;

j) Valor de correcções de actualizações de prestações suplementares por assistência de terceira pessoa relativas a meses anteriores, efectuadas no mês a que reporta a informação;

l) Valor de correcções de capitais de remição de actualizações, relativas a meses anteriores, efectuadas no mês a que reporta a informação;

m) Valor de correcções de duodécimos adicionais, relativas a meses anteriores, efectuadas no mês a que reporta a informação.

3 — A informação contida nas alíneas b) e c) do número anterior deve corresponder respectivamente aos elementos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do anexo I à norma regulamentar n.º 11/2007-R, de 26 de Julho.

Artigo 9.º

Envio de informação sobre reembolsos

1 — As empresas de seguros devem preencher e submeter ao Instituto de Seguros de Portugal, através do portal ISPnet, residente em <https://portalispnet.isp.pt>, o mapa-modelo FAT2, anexo à presente norma regulamentar e disponibilizado no referido portal, contendo a informação referida no n.º 1 do artigo anterior, até ao final do mês seguinte a que reporta a informação.

2 — No prazo referido no número anterior, as empresas de seguros devem ainda enviar ao Instituto de Seguros de Portugal, através do portal ISPnet, residente em <https://portalispnet.isp.pt>, a informação referida no n.º 2 do artigo anterior, sob a forma de ficheiro construído de acordo com a instrução informática n.º 33/2007, anexa à presente norma regulamentar.

3 — Nos casos de pensões relativas a contratos celebrados em regime de co-seguro, compete à empresa de seguros que assume directamente o pagamento aos pensionistas cumprir as disposições relativas ao envio de informação.

Artigo 10.º

Condições de reembolso e apreciação da informação

1 — As empresas de seguros são reembolsadas dos montantes indicados no mapa-modelo FAT2 nos 30 dias subsequentes ao termo do prazo previsto no n.º 1 do artigo anterior, de acordo com as disponibilidades financeiras do FAT, sem prejuízo do referido nos números seguintes do presente artigo.

2 — Os atrasos das empresas de seguros no envio ao FAT do mapa-modelo FAT2 e da informação referida no n.º 2 do artigo 8.º implicarão o diferimento, para o mês seguinte ao do respectivo envio, do reembolso pelo FAT dos quantitativos a que tiverem direito.

3 — Para efeitos da análise da conformidade dos montantes reembolsados nos termos do n.º 1, com as disposições legais e regulamentares em vigor, o FAT pode solicitar informações e documentos adicionais considerados necessários até ao prazo máximo de cinco anos a contar do respectivo reembolso.

4 — Caso sejam apuradas diferenças entre os valores já reembolsados às empresas de seguros e os valores decorrentes da análise efectuada pelo FAT nos termos do número anterior, as empresas de seguros devem proceder às rectificações devidas no mês seguinte àquele em que para o efeito sejam notificadas pelo FAT, sem prejuízo de poderem deduzir oposição.

CAPÍTULO IV

Disposições transitórias e finais

Artigo 11.º

Revogações

É revogada a norma regulamentar n.º 18/2001-R, de 22 de Novembro, alterada pela norma regulamentar n.º 2/2006-R, de 13 de Janeiro.